

Os riscos de uma crise cambial

Na semana passada, o país viveu os reflexos da crise econômica nos países conhecidos como Tigres asiáticos. As bolsas de valores brasileiras despencaram, enquanto o Governo (à exceção de Sergio Motta) se apressava em dizer que isso não tinha nada a ver com o problema no outro lado do mundo. Será? No artigo a seguir, o economista Aloizio Mercadante, professor da PUC e da Unicamp e secretário de Desenvolvimento Econômico do PT, analisa a situação e faz um alerta: O Brasil pode ser a próxima vítima.

As inconsistências macroeconômicas do modelo neoliberal e sua âncora cambial no México acabaram desaguando em uma grave crise cambial, logo após o estelionato eleitoral do PRI em 1994. O governo dos EUA, preocupado com a imigração na fronteira e o futuro do Nafta, e o FMI, totalmente comprometido

com os rumos da economia mexicana, socorram com uma ajuda financeira sem precedentes. Mesmo

engolir o discurso sobre o nhenhém da oposição e mudar para o regime de banda cambial e microdesvalorizações. Porém, o grave erro na fixação da taxa de câmbio no início do programa foi mantido, representando uma sobreapreciação do real de 17% a 29%, dependendo do deflator utilizado. Neste ano, com a valorização do dólar, o real acabou se sobrevalorizando ainda

mais quando comparado ao marco alemão – 11,7% – e 10,8% em relação ao iene japonês.

O gemido dos pequenos Tigres (os grandes são Coréia e China) fez desabar a Bolsa de Valores e m

timos 12 meses de US\$ 32,2 bilhões e reservas cambiais de US\$ 56 bilhões, em queda desde o final de 1996.

Os indicadores de vulnerabilidade externa do Brasil são piores que vários dos pequenos Tigres asiáticos.

A economia brasileira está crescentemente dependente do capital especulativo internacional e aprofundando o endividamento externo. O custo da dívida nova tem sido superior ao da dívida velha (Plano Brady).

Em contrapartida, os investimentos diretos aumentaram substancialmente, melhorando o perfil do capital que ingressa no país. Em 1995, o investimento direto representava apenas 13% do ingresso de capitais e em 1996 já atingiam 39%. Neste ano, deverão chegar a US\$ 15 bilhões, pouco menos que a metade do ingresso estimado. Ocorre que estão basicamente vinculadas as privatizações, aquisições e fusões de empresas e não a geração de nova capacidade produtiva. Estamos assistindo a uma dilapidação do patrimônio público e a uma desnacionalização profunda da economia brasileira. O Plano Real está gerando um ciclo de consumo, financiado com o endividamento externo. O nível geral de investimentos da economia cresceu muito pouco: de um patamar de 14,8% do PIB no triênio 1990/1993

para apenas 15,9% nos três anos de Plano Real. Não há consistência na aposta do governo de que este pequeno acréscimo nos investimentos, que majoritariamente não estão canalizados para nova capacidade produtiva, possa ser capaz de alavancar exportações e reequilibrar o balanço de pagamentos nos próximos anos.

A única e importante diferença do Brasil em relação ao México e aos Tigres não são as reservas ou os investimentos diretos, mas as privatizações. Estamos submetidos a um ajuste neoliberal tardio. O impeachment de Collor e a resistência da esquerda e movimentos populares atrasaram a agenda neoliberal e o proces-

so de privatização. As privatizações são a válvula de escape provisória que permite ao governo ainda empurrar com a barriga a fragilidade cambial e das finanças públicas. Tivemos nestes dias mais um alerta sobre a precariedade dos fundamentos macroeconômicos do Plano Real. Mas, se continuarmos neste rumo e liquidando o patrimônio público, muito provavelmente seremos eleitos a bola da vez.

Para o governo FHC, o que realmente importa é que esta aparência de estabilidade monetária chegue até as eleições de 1998. FHC está hipotecando o futuro para garantir sua permanência no poder. A queda das bolsas foi mais um alerta, mostrando o que o sistema financeiro internacional, que movimentou cerca de US\$ 1,5 bilhão por dia, é capaz de fazer. Os indicadores externos demonstram que o Brasil, conjuntamente com a África do Sul e Polônia, deverá ser a próxima vítima. Enquanto isso, o presidente continua em campanha, mais preocupado com a foto do dia do que com o país de amanhã.

Aloizio Mercadante



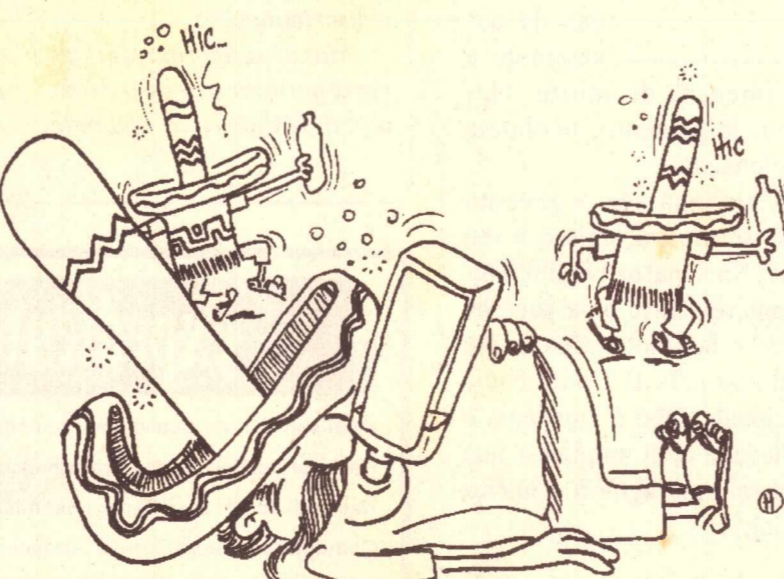
assim, Salinas de Gortari está foragido, o PIB do país caiu 7% em 1994, o PRI foi derrotado depois de 65 anos de controle político e a esquerda, com o PRD de Cuauhtémoc Cárdenas, emerge como a grande vencedora das urnas.

No outro lado do mundo, um novo ataque especulativo contra as moedas artificialmente valorizadas por regimes de âncora cambial promove uma instabilidade financeira nos países "emergentes". A Tailândia perdeu US\$ 10 bilhões de reservas cambiais em um único dia de ataque especulativo e se rendeu; logo após, as Filipinas, que chegaram a elevar as taxas de juros para 32%, também desvalorizaram sua moeda, acompanhadas pela Malásia, Indonésia e até Singapura.

No "efeito tequila", o governo FHC foi obrigado a

em três dias de pregões. Mas não sofremos um ataque especulativo contra a moeda, ainda.

Porém, as inconsistências macroeconômicas e a profunda vulnerabilidade externa do Plano Real são evidentes. O equívoco na taxa de câmbio, acompanhado da abertura comercial radical e dos problemas estruturais da economia, promoveu um desequilíbrio gravíssimo no balanço de pagamentos. O déficit comercial neste primeiro semestre cresceu mais de 15 vezes em relação ao mesmo período de 1996. Para termos um indicador inquestionável da vulnerabilidade externa, o déficit de transações correntes em 1994 era de US\$ 1,7 bilhão, para reservas cambiais de aproximadamente US\$ 40 bilhões. Hoje, estamos com um déficit acumulado nos úl-



JUSTIÇA

Hélio Bicudo escreve sobre a necessidade de uma reforma no Poder Judiciário

Página 2

SECRETARIAS

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo faz balanço de seus 18 meses de gestão

Página 3

MOBILIZAÇÃO

Entidades promotoras do IV Grito da Terra conseguem que o Governo reabra diálogo

Página 4

INTERNACIONAL

Os mexicanos deram um basta a quase 70 anos de domínio do PRI

Página 4

recado ao militante

Arquivo/DN



Uma lei séria

Os sindicatos, legítimos representantes dos trabalhadores, continuam fora das negociações entre as empresas e seus empregados sobre a participação nos lucros e resultados. Na 32ª reedição da medida provisória que disciplina a matéria, a exclusão foi mantida, apesar de o Tribunal Superior do Trabalho já ter se manifestado pela

inconstitucionalidade do ato. É preciso que haja pressão dos trabalhadores, ou o Congresso Nacional continuará deixando de fora da negociação os sindicatos, tirando, com isso, o poder de fogo dos trabalhadores para obterem melhores resultados, dificultando o acompanhamento do cumprimento dos acordos e o estabelecimento de critérios mínimos para que propostas patronais

sejam aceitas. Na verdade, a medida provisória, aprovada agora com o número 1.539/32, mantém todos os defeitos apontados há mais de 30 meses:

1) não define penalidades para as empresas que não cumprirem a lei ou os acordos, nem qual deve ser o procedimento quando não forem

apurados lucros; 2) não estabelece que a distribuição dos ganhos deve ser feita por meio de critérios iguais, sem vinculação a desempenho pessoal ou setorial; 3) ignora a necessidade de acesso dos trabalhadores às informações sobre as empresas, o que seria necessário, não só para balizar os acordos, mas também para permitir sua fiscalização e corrigir distorções nos balanços das empresas;

4) ignora ainda a necessidade de que o instrumento de participação nos lucros e resultados não assumam a condição de eixo de política salarial, ou remuneração preponderante, algo perigoso nesta época de patamares extremamente baixos de salários.

Apesar de tudo isso, cresce no Brasil o número de empresas que dão a seus empregados participação nos lucros e resultados. A maior parte dos acordos não conta com a participação de sindicatos e muitos apelam para o "liberalismo patronal", um presente da empresa para seus empregados, e não cumprimento à lei e direito do trabalhador. Poucos são resultados de negociação. Na maior parte deles, as regras de distribuição são decididas unilateralmente pelos patrões.

Assim, é urgente que o assunto deixe de ser tratado por uma medida provisória e torne-se lei. Uma lei séria, multilateral, que resguarde os interesses mais gerais dos assalariados.

José Dirceu

É PRECISO QUE HAJA PRESSÃO DOS TRABALHADORES

opinião

Um testemunho do respeito à vida

Tendo recebido a publicação *Conflitos no Campo - Brasil 96*, editada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e apresentada por dom Orlando Dotti, bispo de Vacaria (RS) e presidente nacional da entidade, no dia 4 de julho, em Brasília, considero-o um trabalho louvável, constituindo-se em documento histórico e verdadeiro testemunho do respeito à vida.

A CPT mantém atualizado o cadastro de todos os conflitos no campo desde o ano de 1982 e, anualmente, sua divulgação reveste-se de muita expectativa pela seriedade dos seus dados. É importante lembrar que o ano a que se refere este relatório é o do triste episódio do massacre de Eldorado do Carajás, em que 19 sem-terra foram executados pela PM do Pará.

Os números falam por si: de 554 conflitos em 1995 para 750 em 1996; o número de famílias envolvidas sobe de 63.565 em 1995 para 96.298 em 1996. As ocupações de terra vão de 146 para 398, e as mortes de 41 em 1995 para 54 em 1996. A descrição detalhada dos conflitos, pelo estado da União, registra uma disputa de 3,4 milhões de hectares, envolvendo 935 mil pessoas, incluindo a luta pela terra, ter-

ra de barragens e garimpos, conflitos trabalhistas, sindicais e por política agrícola.

O quadro comparativo do número de conflitos, como vimos, mantém-se em crescimento constante desde 1991. No atual governo, que procura manter uma imagem de civilidade, a realidade aponta para o crescimento dos conflitos e inexistência de mecanismos que os atenuem. As metas tímidas de assentamentos e a ausência de uma política agrícola diferenciada para a agricultura

seiros, sem-terra, peões, muitos não identificados, conhecidos apenas por apelidos; 71 tentativas de assassinato e 88 ameaças de morte. Nenhum julgamento, nenhuma condenação.

Mais uma vez o governo FHC se mostra omissivo e seu Plano Nacional de Direitos Humanos revela-se uma peça de ficção e boas intenções, como avaliado pela II Conferência Nacional. Cabe à cidadania e sociedade civil ampliar a luta pela reforma agrária e justiça social.

1996, foram 10 assassinatos, 29 tentativas de assassinato, 26 ameaças de morte, milhares de crianças envolvidas em trabalho escravo e desrespeito aos direitos trabalhistas. Isso sem esquecer as enormes dificuldades das mulheres trabalhadoras rurais e populações indígenas, permanentemente atingidas em sua dignidade.

Mas é no capítulo dos assassinatos no campo, a maioria com mandantes e executores identificados, que nos agride a crueldade dos dados: 54 pos-

RELATÓRIO DA CPT APONTA CRESCIMENTO DE CONFLITOS NO CAMPO EM 1996

88 ameaças de morte. Nenhum julgamento, nenhuma condenação.

Mais uma vez o governo FHC se mostra omissivo e seu Plano Nacional de Direitos Humanos revela-se uma peça de ficção e boas intenções, como avaliado pela II Conferência Nacional. Cabe à cidadania e sociedade civil ampliar a luta pela reforma agrária e justiça social.

Adão Pretto, deputado federal (PT-RS) e agricultor

cartas

•Outro Silvério dos Reis

Às vezes, ouço alguém dizer que Luiz Inácio Lula da Silva nunca trabalhou na vida, o que não é verdade. Como pode um brasileiro nascido no pobre sertão da seca, indo para São Paulo num pau-de-arara, não ter trabalhado? Isso só cabe na cabeça de pessoas com Q.I. de ameba!

Se, a partir do momento em que virou uma liderança nacional e passou a trabalhar na política, algumas pessoas não consideram a atividade política como um trabalho, tudo bem. Então, FHC, Collor, Azeredo, Newton, ACM, Serjão e tantos outros não trabalham. Só vale para o Lula?

Acho a militância política um trabalho importante. Só que uns são competentes, outros nem tanto. Pode-se perguntar: competente para quê e para quem?

Fernando H tem sido extremamente competente na defesa dos interesses do capital nacional e estrangeiro. Competente no aumento do desemprego, na repressão aos movimentos sociais, na proteção aos proprietários de terras, reprimindo a luta pela Reforma Agrária, inflando nas votações do Congresso, quando se trata de aprovar projetos do seu interesse, como a emenda da reeleição, lei das patentes etc.

Lula tem sido competente na defesa dos interesses do trabalhador, defendendo mais empregos e melhores salários, melhorias na Saúde, Educação, apoiando a Reforma Agrária, competente no exercício da cidadania etc.

A direita sempre procurou bater no Lula. Quando torneiro-mecânico e sindicalista, era

chamado de analfabeto e baderneiro. Depois que passou a usar terno e gravata, a viajar de avião, já não era mais o mesmo Lula de 1979, humilde. O que esses babacas queriam? Que viajasse a pé? Usasse macacão e carregasse marmitta? Batesse cartão de ponto? Certamente são privilégios que só as elites dominantes podem usar. Tenham dó!

Para derrotar Lula em 1989 e 1994, criaram o PCCC - Partidos dos Canchais, Cagões e Capiaus. Aliás, "nosso" presidente já nos chamou de capiaus, via Embratel.

Agora que as eleições de 1998 se aproximam, apareceu outra Miriam Cordeiro, ou outro Silvério dos Reis, quem sabe, a serviço de dom Fernando, dando enfoque na mídia, na tentativa de segurar os índices de popularidade do presidente, em queda livre, sobre possíveis irregularidades nas administrações petistas, diga-se, num autêntico prejulgamento.

Para terminar, afirmo com toda certeza: Lula está limpíssimo neste episódio da CPEM. Concordo com Roberto Teixeira: o PT ainda é a virgem do prostíbulo.

Lair Estanislau Alves, Belo Horizonte (MG)

•Programa na TV

Como filiado ao PT no município de Campinas, em São Paulo, venho por meio desta elogiar a atual campanha veiculada nos meios de comunicação em defesa de nosso Partido e do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, que tem sido vítima de mais um ataque, patrocinado pelos detentores do poder e seus representantes

amplificada pela mídia, com o intuito de desviar a atenção dos escândalos que vêm ocorrendo. Na atual campanha veiculada na mídia, em defesa de Lula, num determinado momento é dito que o Partido dos Trabalhadores é o partido mais sério e honesto do país. Não tenho nenhuma dúvida sobre tal questão, mas esta afirmação questiona o relacionamento entre os partidos de esquerda. Apesar de o PT ser o maior partido de esquerda, possuir uma militância atuante e politizada, e de ter em seus quadros o maior líder das esquerdas, isto não lhe dá o direito de se autodenominar o mais sério e honesto do país. Espero que este deslize não volte a ocorrer para que tal fato não venha a prejudicar a construção de um bloco de centro-esquerda capaz de, não só apresentar a melhor proposta de governo à sociedade, mas de conquistar o poder para fazermos as transformações necessárias.

Luís Eduardo Monteiro de Souza, Campinas (SP)

•Solidariedade a Lula e ao PT

Queremos nos solidarizar com o companheiro Lula e com o PT, acreditamos no trabalho sério que vocês desenvolvem e temos certeza de que muitos vão dobrar a língua, mais tarde. É preciso que digam como o Zagalo: "Vocês vão ter que nos engolir".

Diblam F. S. Mota, assessor jurídico e secretário da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Bairro de Santa Rita de Cássia, Carutapera (MA)

justiça

O Poder Judiciário e sua reforma

O funcionamento adequado da instituição judiciária é pressuposto fundamental à existência do Estado de Direito Democrático. No Brasil, entretanto, não se tem memória de um Poder Judiciário eficiente e imparcial. Os magistrados brasileiros, esquecidos das funções sociais da lei, aplicam-na tendo em vista os interesses das classes dominantes, que sempre foram o fator de sua elaboração.

Daí, falar-se na reforma desse poder do Estado, para que ele possa atender às suas finalidades próprias de dar a cada um o que é seu, sem deixar de lado o entendimento de que a legislação que impõe às partes, deve ser interpretada segundo a realidade social estante, impedindo injustiças e discriminações.

Mas essa reforma, que deveria permitir o acesso de todos à Justiça, não obstante

dela se fale, pelo menos, há cerca de meio século, ainda não saiu de discussões que se travam, por assim dizer, interna corporis. Falam juizes, membros do Ministério Público, policiais e advogados, mas aqueles que devem receber a prestação jurisdicional - o povo em geral - não são ouvidos. O processo de elaboração das leis continua sendo tratado de forma marginal, ignorando-se os interesses maiores do povo, alinhado sistematicamente do sistema judiciário. Ai estão as liminares que, ignorando a realidade, empurram famílias inteiras para as periferias da sociedade, impondo-lhes um nível de vida incompatível com a coexistência no Estado Democrático.

Ao invés de descentralizar-se os seus serviços, teima-se em manter a centralização dos palácios, o que por si só aparta o povo da solidariedade, que é a meta a ser alcançada nas soci-

idades modernas.

Uma coisa é certa. A Justiça que aí está é a Justiça contra o pobre. No campo do direito civil, afasta, pelo seu alto custo, aqueles que não dispõem de recursos para ingressar num pleito judicial. Sine pecunia, vade-retrum, já diziam os romanos. No domínio do direito penal basta que olhemos para aqueles que são condenados, para verificarmos que essa Justiça pesa, sobretudo, aos pobres e despossuídos. Estes são os clientes de nossas prisões desumanas e promíscuas.

Visível o descompasso existente, até mesmo como violação clara dos direitos humanos, é importante que em torno dessa reforma se mobilize a sociedade, para que se alcance uma Justiça estruturada para a paz, que é o fruto de sua imparcialidade.

Hélio Bicudo, deputado federal (PT-SP)

expediente

*pt*notícias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Presidente Nacional do PT: José Dirceu / Secretária Nacional de Comunicação: Vera Gomes / Jornalista responsável/ Edição: Carlos Mercuri (Mtb 19.645) / Redação: Carlos

Mercuri, Antônio Cerveira de Moura, Andre Muniz / Miryam Luiz Alves Administração: Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves Diagramação/Editoração Eletrônica: Jorge Mariano/ Ilustração: Hércules / Sede: Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Eliseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, telefone (011) 224-1900 (PABX), fax (011) 222-9665, E-mail: ptbrasil@ax.apc.org Tiragem: 11 mil / Impressão: Artgraf

secretarias

rápidas

Timor Leste

De 14 a 21 de julho, o deputado federal Nilmário Miranda (PT/MG) esteve em Portugal, a convite da Universidade do Porto, participando do Simpósio Internacional de Timor e Ásia-Pacífico. Neste simpósio, foram discutidos temas como o apoio internacional à resistência dos timorenses contra a ocupação da Indonésia, a defesa do direito deste povo a sua autodeterminação e a luta pela libertação de Xanana Gusmão e pelo fim dos massacres que já atingiram quase um terço da população. Nilmário é um dos fundadores do Grupo Parlamentar Pró-Timor Leste na Câmara dos Deputados, criado no ano passado.

Deputado Nilmário Miranda: (061) 318-3275

Artistas com Rainha

Um grupo de 60 artistas e intelectuais do Rio de Janeiro, dentre os quais Chico Buarque, Marieta Severo, José Wilker e Paulo Betti, reuniu-se no dia 16 de julho com membros do MST, José Rainha Júnior e seu advogado, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) para discutir uma forma de solidariedade ao líder do MST, na tentativa de contribuir para modificar o resultado do primeiro julgamento. Os artistas apóiam a transferência do segundo julgamento, marcado para 16 de setembro em Pedro Canário (ES), para Vitória, visto que o tribunal estará menos sujeito às influências dos fazendeiros da região. Os advogados de Rainha, Greenhalgh e Aton Fon Filho, já solicitaram o desaforamento do caso para a capital capixaba.

Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh: (061) 318-5479

Anos de chumbo



Foi lançado dia 15, em São Paulo, o livro *Versões e Ficções: O Sequestro da História*. Publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, o livro reúne textos sobre a resistência à ditadura militar no Brasil do final dos anos 60 e início dos 70. É a versão de quem viveu e acompanhou aquele momento dramático da história brasileira, em que o governo militar cerceou as liberdades civis e perseguiu violentamente seus opositores. Os autores — entre eles vários participantes do sequestro do embaixador norte-americano em 69 — dão um testemunho que questiona as versões conciliadoras que estão por detrás de interpretações "isentas" e "desideologizadas", como a do filme *O Que é Isso, Companheiro?*. O livro reúne 20 artigos em 192 páginas, mais o manifesto da ALN e do MR-8 em anexo, e custa R\$ 16,00.

Fundação Perseu Abramo: (011) 259-8024

Vice assume

Em virtude da morte, em 30 de junho, do prefeito Dervaldo Coelho da Silva, eleito pelo PSD, o vice-prefeito pelo PT João Batista Macedo assumiu a chefia do Executivo no município de Loreto (MA). A posse foi em 2 de julho.

Prefeitura de Loreto: (098) 744-1102

Internet

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) já tem endereço eletrônico na Internet. Mensagens podem ser enviadas ao seguinte e-mail: pt.racismo@nutecnet.com.br

Combate ao Racismo está organizada em 10 Estados

Um ano e meio após sua formação, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo colhe os primeiros frutos em termos de organização no interior do Partido. Já são 10 secretarias estaduais, diversas municipais e vários núcleos e setoriais espalhados pelo Brasil. Para o secretário nacional, Flávio Jorge, o fato é inédito, não só no PT, mas na vida partidária do país. "Pela primeira vez em nossa história política, há a estruturação de uma secretaria nacional de combate ao racismo e, mais importante, com funcionamento regular, proporcionando a socialização de informações, a intervenção coletiva de negros e negras no interior do PT, o que permitiu, neste período, que houvesse a discussão permanente da questão racial através da presença constante junto às instâncias do Partido", avalia Flávio.

Para ele, a constituição da secretaria, 17 anos após a fundação do PT, vai se refletir na organização do movimento negro e na alteração das condições de vida e trabalho da população negra. "É um pri-

meiro passo em direção aos nossos objetivos, que são: aprofundar o debate em torno das relações raciais no Brasil, priorizando uma nova estratégia da luta anti-racista diante do complexo quadro político-econômico-sócio-cultural; aprofundar o debate no interior do PT, quanto ao caráter estratégico da luta anti-racista, na disputa por uma sociedade socialista e na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo; e estabelecer um programa de ação para a intervenção da militância negra e anti-racista do PT", disse o secretário.

Interação

Flávio destaca a importância da interação com as outras secretarias a partir de sua identidade própria e das especificidades da população negra. "Nossa ação não se deu de forma isolada. Através de um trabalho conjunto com as secretarias Sindical, Institucional, Agrária, de Relações Internacionais, de Mulheres e de Juventude, pudemos contribuir na criação da consciência de que

a questão racial é fundamental para a construção de um projeto partidário que vise, enfim, a cidadania", comentou.

O secretário acrescenta que essa visão é fundamental para a discussão de propostas alternativas ao modelo neoliberal implementado no Brasil. "Somos a parcela da população mais diretamente atingida pelas políticas genocidas e de exclusão em curso. Como exemplo, estão aí as reformas administrativa e da Previdência. A quebra da estabilidade do servidor público, principalmente, afeta em cheio



Delúbio e Flávio no seminário Mais e Melhores Empregos

os negros, porque a administração pública é uma das poucas possibilidades de trabalho para os negros e negras em nosso País", denuncia.

SNCR: (011) 224-1914

5º encontro nacional em agosto

Nos dias 8, 9 e 10 de agosto, será realizado, no Instituto Cajamar, em São Paulo, o 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT. Serão discutidos os rumos do Partido, conjuntura política e a questão racial; apresentados painéis sobre remanescentes de quilombos; projetos em tramitação no Congresso Nacional e eleito o coletivo da SNCR. No balanço desta gestão, a secretaria aponta a realização de 13 encontros estaduais, que resultaram na criação de 10 secretarias regionais (em São Paulo, Minas Gerais, Rio Gran-

de do Sul, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso do Sul). Nas eleições municipais de 96, foi levada a campanha Faça a Coisa Certa, que apoiou e estimulou candidaturas de negros e negras às prefeituras e câmaras municipais, além de fortalecer a incorporação de reivindicações da população negra na plataforma dos candidatos. Também foram realizados vários seminários específicos, como o Mais e Melhores Empregos, em maio de 96, que reuniu

150 sindicalistas anti-racistas e organizado junto à Secretaria Sindical Nacional; o Gênero, Raça e Trabalho, em julho de 96, promovido pelo Instituto Cajamar com apoio do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (Ides) e da Secretaria Nacional de Mulheres. Em maio deste ano, foi realizado o Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Políticas Públicas, em Campo Grande (MS). No mês seguinte, foram discutidas as relações raciais na administração de Porto Alegre (RS).

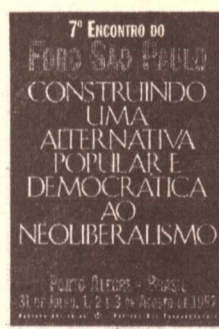
Definidos nomes de 4 presidentes regionais

Quatro encontros estaduais do PT já foram realizados. O primeiro foi em Mato Grosso, que, em 21 e 22 de junho, elegeu a então secretária estadual de Organização, Gislene Aparecida Ramos, como a presidente regional. No dia 28 de junho, foi a vez de Roraima fazer seu encontro, no qual foi eleito para presidente Pablo Sérgio Souza Bezerra. O Distrito Federal reuniu-se entre os dias 4 e 6 de julho e esco-

lheu o deputado federal Francisco Domingos dos Santos, o Chico Vigilante, para presidir o DR para o próximo período. No Ceará, o atual presidente regional, José Nobre Guimarães, foi reeleito, em encontro realizado nos dias 12 e 13 de julho. É o terceiro mandato de Guimarães frente ao diretório cearense. Confira no quadro abaixo as datas dos próximos encontros estaduais do PT:

DATAS DOS ENCONTROS ESTADUAIS	
Estados	Datas
AM, ES	18, 19 e 20/07
RN, RS	19 e 20/07
MA, PA	25, 26 e 27/07
AL, AP, BA, MS, PB, PE, PR, RJ, SC, SE, SP, TO	26 e 27/07
RO	1, 2 e 3/08
AC, GO, PI	2 e 3/08
MG	22, 23 e 24/08

VII Foro espera reunir mais de 500 pessoas



Entre os dias 31 de julho e 3 de agosto, a cidade de Porto Alegre (RS) estará sediando o sétimo encontro do Foro de São Paulo. O PT será o anfitrião deste encontro, que espera reunir em torno de 70 partidos de esquerda e centro-esquerda da América Latina e Caribe, membros do Foro, e outros 100, entre partidos políticos e organizações progressistas, do mundo todo, como convidados. O tema do VII Foro será *Construindo uma Alternativa Popular e Democrática ao Neoliberalismo*. Na abertura, será exibido vídeo sobre o I Encontro, realizado em São Paulo em 1990.

Entre os partidos membros que estarão presentes constam o Partido Comunista de Cuba; a Frente Ampla de Uruguai (da qual virão o ex-prefeito de Montevideu Tabaré Vasquez e o deputado e presidente do Congresso, Carlos Baraibar); os partidos de esquerda da Argentina; partidos governistas e de esquerda da República Dominicana; Partido Comunista do Chile; o Lavalas, do Haiti, entre outros. Do Brasil, estarão representados o PDT, PCdoB, PCB e PPS.

Paralelamente às reuniões plenárias, haverá uma série de seminários temáticos (os *talleres*) e eventos especiais e regionais (veja ao lado). Para a abertura do encontro, dia 31 deste mês, às 19h, na Assembléia Legislativa gaúcha, foram convidados e estão sendo esperadas as presenças do prefeito eleito da Cidade do México, Cuauhtémoc Cárdenas, do PRD (Partido da Revolução Democrática); do ex-ministro de Relações Exteriores do governo de Salvador Allende (Chile), Clodomiro Almeyda, e

de representantes do Parlamento Europeu; do Partido Comunista Francês; do Partido Democrático de Esquerda, da Itália, entre outras organizações e instituições. Antecedendo a abertura do VII Foro, será realizada, no dia 31, às 14h30, reunião de representantes de fundações e institutos dos partidos políticos presentes no encontro. No dia 1º de agosto, no intervalo da tarde, será realizado ato seguido de manifestação organi-

zada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O evento será em repúdio à condenação de José Rainha Júnior a 26 anos e seis meses de prisão. O ato será às 12h, no hotel Embaixador, e a manifestação, às 13h, no largo Glênio Peres. Após o ato, haverá a inauguração do Monumento à Reforma Agrária na América Latina e Caribe, no Mercado Municipal de Porto Alegre.

Secretaria de Relações Internacionais: (011) 224-1915

SEMINÁRIOS PARALELOS

SEMINÁRIO	DATA
Cultura	30 e 31 de julho
Questão Indígena	31 de julho
Empresários	1 e 2 de agosto
Jovens	25 e 26 de julho
Mulheres	30 e 31 de julho
Negros	29 de julho
Municipalidades	30 e 31 de julho
Parlamentares	30 e 31 de julho
Cristãos	30 e 31 de julho
Meio Ambiente	29 de julho
Migração	30 e 31 de julho
Timor Leste	31 de julho

Homenagem a Che Guevara

Em comemoração aos 30 anos da morte de Ernesto Che Guevara, serão realizadas várias atividades paralelas ao sétimo encontro do Foro de São Paulo. No dia 26 de julho, às 20h, haverá palestra com o embaixador de Cuba no Brasil, Ramon Sanches Parodi, no auditório da Assembléia Legislativa. No dia 27, às 10h, haverá ato-show no auditório Araújo Viana e, no dia 1º de agosto, estão previstos palestra e sessão do vídeo *Che e a Revolução Cubana* na sala de Cinema da Universidade Federal do Rio Grando do Sul (UFRGS). O tema *Dependência Externa* também figura como evento paralelo ao encontro. O seminário será realizado nos dias 24, 25

e 28 de julho, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nos dias 29 e 30, no plenarinho da Assembléia Legislativa, haverá seminário sobre *Democratização dos Meios de Comunicação*. Além do ato contra a condenação de José Rainha Júnior, a Reforma Agrária ainda será o tema de outros eventos. No dia 30 de julho, será lançada a Revista *Sem Terra* e, em 2 de agosto, haverá o seminário *Reforma Agrária: Uma Resistência à Política Neoliberal, que terá como objetivo a troca de experiências entre Brasil, México, Equador, Paraguai e El Salvador*. O evento será na Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

modo petista

Belém embarga obra antiecológica

A Prefeitura de Belém (PA) embargou, no dia 24 de junho, obra que estava sendo realizada na rodovia Arthur Bernardes, em área conhecida como Pratinha 2. A obra, tocada pela empresa Oliveira Navegação, estava aterrando um igarapé, constituindo-se crime ecológico. Segundo a Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura, os serviços tinham sido autorizados, indevidamente, pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. "Um órgão estadual não tem autoridade para liberar obras. Tem que

passar pela Prefeitura, pela Secretaria Municipal de Urbanismo, para ser analisado tecnicamente. Só nós temos autoridade para liberar ou não", protestou o prefeito Edmilson Rodrigues. O prefeito afirmou que pretende processar a empresa executora da obra e exigir que ela recupere a área destruída. Rodrigues também anunciou que a área será cercada e nela executado um projeto social, a ser definido pelas secretarias municipais.

Prefeitura de Belém: (091) 242-3344

mobilização

Governo reabre diálogo com entidades do IV Grito

As entidades promotoras do IV Grito da Terra, Brasil conseguiram que o Governo Federal reabrisse as negociações sobre suas reivindicações. Nos dias 2 e 3 de julho, foram realizados diversos atos pelo país, inclusive em Brasília. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), o governo designou o ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, para coordenar os trabalhos, iniciados dia 10.

Foi estabelecida, em reunião no dia 4 entre Jungmann e o comando nacional do IV Grito, extensa agenda de reuniões com demais ministérios. Participaram dessa reunião também o presidente do Inca, Milton Seligman, e representantes dos ministérios da Agricultura, Justiça, Minas e Energia e Casa Civil.

No dia 15, em reunião com dirigentes das entidades promotoras do IV Grito, o ministro da Justiça, Iris Rezende, assumiu o compromisso de articular, para a segunda semana de agosto, encontro dos dirigentes com as lideranças dos partidos que formam a base de apoio ao governo para agilizar a aprovação de projetos de interesse dos trabalhadores rurais e de outros segmentos que estão tramitando no Congresso Nacional.

Na reunião, também foi definido que a Secretaria de Direitos Humanos vai discutir a possibilidade de criação de me-

canismos de acompanhamento de processos que apuram crimes no campo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) ficou encarregada de enviar à secretaria listagem completa dos crimes cometidos contra trabalhadores rurais nos últimos anos para que o ministério faça o acompanhamento dos processos já em andamento.

Protesto

Na mobilização em Brasília, da qual participaram aproximadamente dois mil trabalhadores rurais, os organizadores do IV Grito promoveram ato de protesto contra o assassinato do índio pataxó Galdino José; distribuíram duas mil cestas básicas à população na rodovia (para mostrar os frutos da agricultura familiar); e deram entrada, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a uma ação direta de inconstitucionalidade contra o decreto presidencial 2.250/97, que impede a visitação de áreas ocupadas. Também organizaram abaixo-assinado contra a condenação do líder do MST José Rainha Júnior.

Contag: (061) 321-2288



Maristela Mafel/Arquivo DN

Fin do trabalho infantil e escravo é uma das reivindicações do IV Grito

Ministros recebem dirigentes

As entidades promotoras do IV Grito da Terra Brasil também mantiveram reuniões com os ministros do Trabalho, Paulo Paiva, e das Minas e Energia, Raimundo Brito. Na audiência com Paiva, no dia 15, ficou definido que a Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) participará da elaboração de uma campanha do ministério de conscientização sobre o descumprimento da legislação trabalhista no setor rural. Tal prática leva a problemas como o trabalho infantil escravo, o não-pagamento de salário como está definido na Constituição, a falta de registro em carteira e da garan-

tia de outros benefícios.

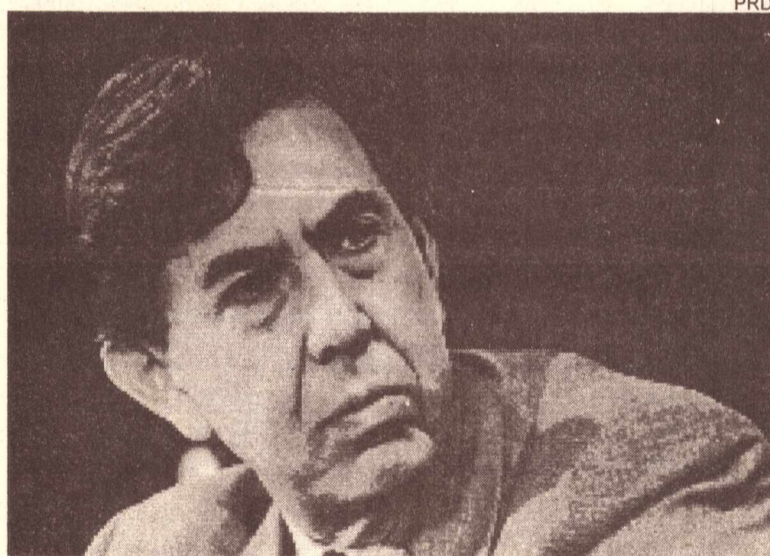
Com o ministro de Minas e Energia, o comando nacional do IV Grito discutiu as reivindicações dos atingidos por barragens. Brito designou o diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), José Mário, para ser o coordenador dos trabalhos entre o governo, as concessionárias federais e uma comissão a ser formada por representantes dos Movimentos por Atingidos por Barragens. O objetivo é definir diretrizes e critérios de preservação ambiental e desenvolvimento social que deverão constar dos editais de licitação das concessionárias.

internacional

México caminha para a democratização

Os mexicanos deram um basta a quase 70 anos de predominância no poder do Partido Revolucionário Institucional (PRI). No dia 6 de julho, Cuauhtémoc Cárdenas, principal líder do Partido da Revolução Democrática (PRD), venceu as primeiras eleições à prefeitura da capital, Cidade do México, após a reforma constitucional de 1996. Cárdenas teve 47,78% dos votos, quase o dobro do candidato do PRI, Alfredo del Mazo. Também na Câmara dos Deputados o partido da situação sofreu um impacto. Perdeu a maioria na Casa. O PRD passou de 64 para 126 cadeiras, enquanto o PRI caiu de 300 para 234 parlamentares.

Na opinião do líder do PT e do Bloco das Oposições na Câmara Federal, deputado José Machado (SP), os resultados representam um importante avanço democrático para o



PRD

Cárdenas vence eleições para governar a Cidade do México

México. Machado acompanhou as eleições naquele país como observador da Coppal (Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina) e convidado pelo PRD. "Foi uma vitória da cidadania e um divisor de águas para o México", avaliou o deputado.

A vitória do PRD acompanha outras manifestações de insurgência contra o modelo neoliberal iniciadas em San Salvador, com a vitória da Frente Farabundi Martí de Libertação Nacional (FMLN) - hoje o segundo partido do Parlamento e governando as principais cidades de El Sal-

vador -, seguidas pela eleição dos trabalhistas na Inglaterra, com Tony Blair, e da escolha de Lionel Jospin para chefiar o governo francês, numa coalizão entre socialistas, comunistas, verdes e outras forças de esquerda.

Com a vitória no Distrito Federal, Cárdenas se fortalece para disputar a eleição presidencial em 1999. O prefeito eleito já concorreu à presidência em 1988 e venceu, mas, em função de fraudes, não assumiu, tendo sido conduzido ao cargo o candidato do PRI, Salinas de Gortari. Conforme editorial da última edição da revista *Forum Internacional*, editada pela Secretaria de Relações Internacionais do PT, "a história tem suas voltas e finalmente o México somente agora poderá abrir um novo ciclo de sua história".

economia


Abertura bancária sem desenvolvimento

No começo do ano, o HSBC, sediado em Londres, adquiriu o controle do Bamerindus, por R\$ 1 bilhão. A transação com o governo transcorreu em sigilo e beneficiou-se dos recursos do Proer. Mais recentemente, o Banerj tornou-se o primeiro banco estatal privatizado, passando ao controle do Banco Itaú, sem concorrência efetiva, com recursos do Proer e dos governos federal e estadual. A possível relação entre esses dois lances não é gratuita.

Além da presença do HSBC, cuja dimensão internacional é comparável a todo o sistema bancário nacional, também o Santander, maior banco da Espanha, adquiriu o BGC por R\$ 350 milhões e deve incorporar o Noroeste. Não pára aí a fila dos que querem ingressar ou se expandir no país.

A abertura bancária pode ser vista como o principal dado da nova etapa de internacionalização da economia brasileira, além dos surtos de endividamento, é claro. Mesmo respondendo até aqui por 10% dos US\$ 20 bilhões de investimentos externos durante o Real, essa abertura pode aumentar nosso grau de dependência externa.

As vantagens concorrenciais dos bancos internacionais - como operação em escala global, custos de captação menores, serviços sofisticados e confiança do mercado - superam aquelas dos bancos locais. Expostos à concorrência irrestrita, os bancos brasileiros tendem a desaparecer ou a se associar a parceiros maiores.

Alguma reação era previsível. Em documento interno, a Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) apontava que o processo de privatização dos bancos estatais deveria tornar-se a variável de ajuste na negociação entre o governo FHC e os banqueiros estrangeiros e nacionais. Aliás, a primeira medida do capital nativo foi recompor politicamente seu órgão de classe, a Febraban, alçando à presidência Roberto Setúbal, do Itaú.

Justamente o Itaú assumiu o controle do Banerj, recém-privatizado. Os demais concorrentes brasileiros e externos retiraram-se do leilão. O preço foi de R\$ 300 milhões, pagáveis com títulos públicos adquiridos quando o deságio no mercado era ainda maior que os atuais 50%. Riscos dos passivos foram cobertos pelo crédito federal de R\$ 3 bilhões ao Tesouro do Rio. Coerentemente, após a compra, Setúbal defendeu que o governo não deveria permitir aos estrangeiros exceder 30% do mercado.

Nas atuais circunstâncias, o governo dispõe de condições privilegiadas para comprometer o sistema financeiro com o desenvolvimento. Ao contrário disso, é provável que acelere as privatizações negociadas - este o verdadeiro conteúdo das "políticas sociais compensatórias", que dona Ruth não quer ver.

CARLOS AUGUSTO VIDOTTO, doutorando em economia pelo IE/Unicamp, assessor da CNB/CUT e colaborador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do PT

violência

Agressões contra gays se intensificam no Rio

A violência contra homossexuais ganhou destaque na semana passada com a sucessão de ataques promovidos por gangues no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. No dia 29 de junho, segundo informações do *Jornal do Brasil* de 13 de julho, quatro homossexuais foram espancados e um deles está internado, com risco de vida. O fato aconteceu na rua Visconde Silva, local cheio de bares e de grande frequência de gays. Segundo Cláudio Nascimento, do grupo Arco-Íris de orientação sexual, este foi mais um. "Desde o dia 20 de maio, já ocorreram 15 agressões, mas apenas sete homossexuais deram queixa na delegacia do bairro", denunciou Nascimento. "A maioria prefere não dar queixa porque é tratada como ré e não vítima", explicou.

A frequência de ataques contra os gays preocupa a presiden-

te da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, deputada Heloneida Studart (PT). Ela está tentando agendar audiência com o secretário de Segurança Pública do Estado e, junto com o grupo Arco-Íris, denunciou o caso para a Anistia Internacional. A parlamentar também está elaborando cartilha com dicas de prevenção à violência a ser distribuída aos homossexuais. A Anistia Internacional apontou o Brasil como um dos principais violadores dos direitos dos gays, ao lado do Irã, Zimbábue, Turquia e Peru. O Estado do Rio aparece no estudo como o recorde em assassinatos de gays, lésbicas e travestis. Nos últimos 19 anos, foram registrados 500 assassinatos de homossexuais no Estado.

Grupo Arco-Íris:
(021) 242-8623

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP
 C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome: _____
 Endereço: _____
 Profissão: _____ Tel: _____
 CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
 Sexo: Masc. Fem.
 Filiado ao PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
 CEP 01203-002 São Paulo - SP
 Fax (011) 220-2103

AGENDA
JULHO

- 25 - Dia do Trabalhador Rural
- 25 - Abra o Olho, Brasil! - Ato contra a condenação de José Rainha Júnior, pela Reforma Agrária e Emprego. São Paulo
- 25 a 27 - V Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos. [Informações: Fentect - (061) 225-9095]. São Paulo

- 26 a 2 de agosto - 2º Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Espanha

- 28 a 31 - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária [Informações: MST (011) 864-8977]. Brasília

- 28 a 5 de agosto - XIV Festival Mundial da Juventude e os Estudantes. Havana (Cuba)

- 31 a 3 de agosto - VII Reunião do Foro de São Paulo. Porto Alegre (RS)

AGOSTO

- 8 e 9 - Seminário sobre Estratégia - segunda fase,

organizado pela Secretaria Nacional de Formação Política do PT [Informações tel.: (011) 223-3944, com Geizilda]. São Paulo

- 8 a 10 - 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT [Informações: (011) 224-1915, com Mesquita Bola]. Instituto Cajamar. São Paulo

- 9 - Reunião do Diretório Nacional do PT. São Paulo

- 12 - Dia Nacional de Luta das Mulheres Agricultoras contra a Violência no Campo

- 26 e 27 - Curso de Formação Política do PT-Paraná - 2ª Etapa [Informações e inscrições tel.: (041) 323-1162]. Curitiba